

Inflação, a prioridade

Anuncia-se para os próximos dias mais um conjunto de medidas que serão divulgadas pelo Presidente da República em relação à economia do País. As informações disponíveis, somadas à análise da realidade nacional, autorizam a crença, ou pelo menos a esperança, de que sejam iniciativas destinadas basicamente a controlar a inflação, tendo por instrumentos a redução dos juros para o setor agrícola e o próprio controle indireto, sem tabelamentos, das próprias taxas de empréstimos bancários.

Quando a inflação atinge o valor de 14,4 por cento, como o que ocorreu no mês de março último, é preciso soar bem alto o alarme da economia. O Brasil não suporta um surto inflacionário como esse. E preciso que toda a sociedade, a começar pelo Governo, recoloque, urgentemente, no primeiro plano da preocupação — e principalmente da ação — o controle da inflação. Não pode haver indiferença com relação a essa matéria, pois o País já conhece, sobejamente, os efeitos desastrosos que as altas taxas mensais de inflação representam sobre todo o organismo nacional, não apenas econômico, mas notadamente o social e o político.

As informações em curso dão conta de que o presidente Sarney pretende, ele mesmo, anunciar as medidas que o Governo vai adotar no tocante ao alívio aos agricultores que tomaram empréstimos a vinte por cento ao ano no Plano Cruzado, e hoje pagam essa quan-

tia por mês. E também cederia às pressões para controle dos juros, não pelo tabelamento, que é instituto desmoralizado no Brasil dos últimos meses, mas pela introdução de mecanismos que aumentem o depósito compulsório dos bancos à ordem do Banco Central ou que, de alguma forma, reduza as margens de lucros desses estabelecimentos.

O que deve constituir a tônica do discurso do chefe do Governo e essa é a expectativa da Nação — é que o problema central seja o do controle e baixa da inflação. Esta é a questão maior, a exigir atenção permanente e dedicação total do Governo e da sociedade. A recessão existe, mas a inflação é uma de suas causas, e não o contrário. Portanto, não pode haver retomada do processo de desenvolvimento econômico sem que a taxa inflacionária seja reduzida a níveis aceitáveis, longe do assustador índice de 14,4 por cento que chegou no mês de março. E do alarmante total de 52,27 por cento de inflação acumulada do primeiro trimestre deste ano, o que faria o ano terminar, caso não haja um esforço radical, com uma inflação anual acima de 250 por cento.

E de se esperar, também, que as medidas a serem anunciadas pelo Presidente da República não esqueçam a política salarial. O bem intencionado "gatilho", que dispara automaticamente quando a taxa inflacionária atinge determinado patamar, foi introduzido no País nos bons tempos em que se vivia na inflação zero do Plano

Cruzado. O "gatilho" era uma espécie de válvula de escape para o caso sempre remoto naqueles dias de que, por algum imprevisto ou erro de cálculo, a inflação voltasse a despertar de seu sono eterno e totalizasse vinte por cento.

Perdidas as ilusões da inflação zero, o mecanismo de reajuste automático revelou-se, na prática, a introdução da escala móvel de salários, uma reivindicação que nem as lideranças trabalhistas mais otimistas sonhavam um dia ver introduzida no Brasil com tanta rapidez. Basta lembrar que, no governo passado, o máximo que se conseguiu em matéria de reajustes automáticos de salários, salários foi o aumento semestral, que o advento do Plano Cruzado enviou para o arquivo da história recente do Brasil. Ninguém poderia supor, entretanto, que o próprio Plano Cruzado reintroduziria não mais o reajuste semestral mas o mensal, por obra e graça do "gatilho" de uma verdadeira metralhadora.

Toda essa realidade complexa e até contraditória não pode ofuscar o fato central, principal e prioritário: a inflação ressurgiu com força total desde janeiro e só está crescendo dia a dia, enquanto a atenção das elites e da opinião pública está concentrada em outras matérias econômicas que, por mais relevantes que sejam, não podem, em hipótese alguma, deixar em segundo plano a dura realidade de que a luta antiflacionária é a prioridade nacional neste momento.